

ANÁLISE LINGUÍSTICA NA ESCOLA: UM CAMINHO PARA SIGNIFICAÇÃO DA GRAMÁTICA

Daniel Soares Dantas¹

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande e graduado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras. Especialista em Linguagem e Ensino pela Faculdade São Francisco da Paraíba. E-mail: danieldantas513@gmail.com
Adriana Sidralle Rolim-Moura²

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará e Docente da UAL/CFP da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: adrianasidralle@hotmail.com

RESUMO

A evolução dos estudos sobre a língua traz para as escolas uma nova metodologia a ser trabalhada, descartando uma visão puramente estruturalista da língua, trabalhada de forma descontextualizada, para um ensino em que o aluno pode participar ativamente na construção dos seus conhecimentos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é investigar acerca de como ocorre a aprendizagem dos conteúdos gramaticais na escola, sob a influência do processo de construção da reflexão sobre a língua e seus usos sociais, bem como estudar sobre o ensino e aprendizagem de gramática com foco no uso. Para fundamentar a pesquisa nos embasamos principalmente em: Bakhtin (1998); Antunes (2003) e Travaglia (2009). A metodologia da pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo no que se refere a Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Como resultado dessa pesquisa, constatamos que o ensino da gramática, em grande parte, ainda está atrelado ao método tradicional. Por isso, a importância dessa pesquisa ao trazer uma reflexão para o fazer pedagógico do docente de língua portuguesa no ensino fundamental II.

Palavras-chave: Ensino de gramática. Reflexão. Uso.

RESUMEN

La evolución de los estudios sobre la lengua trae a las escuelas una nueva metodología a ser trabajada, descartando una visión puramente estructuralista de la lengua, trabajada de forma descontextualizada, para una enseñanza en la que el alumno puede participar activamente en la construcción de sus conocimientos. En este contexto, el objetivo de este trabajo es investigar acerca de cómo ocurre el aprendizaje de los contenidos gramaticales en la escuela, bajo la influencia del proceso de construcción de la reflexión sobre la lengua y sus usos sociales, así como estudiar sobre la enseñanza y el aprendizaje de gramática con foco en el uso. Para fundamentar la investigación nos basamos principalmente en: Bakhtin (1998); Antunes (2003) y Travaglia (2009). La metodología de investigación cualitativa es la naturaleza de la literatura en cuanto a la lengua portuguesa en la Educación Primaria. Como resultado de esta investigación, constatamos que la enseñanza de la gramática, en gran parte, todavía está ligada al método tradicional. Por lo tanto, la importancia de esta investigación para poner algunas preguntas a la práctica pedagógica de la enseñanza de la lengua portuguesa en la enseñanza primaria II.

Palabras-clave: Enseñanza de Gramática. Reflexión. Usos.

1 INTRODUÇÃO

Desde que vieram a público os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na década de 1990, a Língua Portuguesa enquanto componente curricular da educação básica passou por algumas reestruturações. Trata-se de outro direcionamento, aquele que se

distancia do tecnicismo meramente focado em regras gramaticais. O ensino da língua, em muitas escolas, tem sido prescritivo, destacando o certo e o errado, desvinculado de qualquer utilização de prática contextualizada. Nesse contexto, o ensinar para desenvolver competências e habilidades não se faz presente, uma vez que a reflexão sobre a língua, que deve ser o foco das aulas, não acontece.

A norma culta revela a noção do falar e escrever de acordo com o padrão socialmente estabelecido, constituindo uma representação daquilo que seria falar exemplar. Isso mostra ainda mais uma tentativa, que em muitas escolas se torna realidade, de prescrever as aulas de Língua portuguesa, pois tal normatividade segue um padrão legitimado, impedindo, pois, a expressão e a valorização do conhecimento prévio do aluno em termos de língua e linguagem. Antunes (2007, p. 47), ao falar sobre o caráter normativo do tratamento da língua, afirma que “há um contraste, embora não tão explícito, entre a norma culta e a norma popular, que caracteriza a primeira como certa e a segunda como errada”. A autora destaca ainda que:

É por meio do domínio da língua que o sujeito torna-se participativo, atuando criticamente em sociedade, podendo dela ser protagonista no que diz respeito à opiniões e transformações sociais veiculadas pela argumentação. Nesse contexto, a escola, enquanto lugar de discussões acerca dos aspectos formais e informais da língua cumpre o importante papel de expandir, ao longo de toda vida escolar do aluno, a sua capacidade de ler diferentes textos com ênfase na interpretação, produzir textos os quais sirvam para comunicar com eficácia e circular nos diferentes contextos de presença da escrita.

Nesse contexto, tornar o aluno competente no uso de sua própria língua não se resume ao trabalho com os aspectos simplesmente gramaticais, descontextualizados da realidade ou interesses, restringindo-se à classificação entre o certo e o errado. Ensinar para a competência requer um olhar apurado sobre o que se ensina e seu nível de relevância para a vida do sujeito envolvido nessa relação entre a língua e suas reflexões no espaço escolar. E é disso que este capítulo versará ao tentar mostrar que é possível um ensino de língua materna com foco no uso, a partir de uma proposta metodológica elaborada com base na aprendizagem significativa.

Nessa perspectiva, os objetivos deste trabalho são: investigar acerca de como ocorre a aprendizagem dos conteúdos gramaticais na escola, sob a influência do processo de construção da reflexão sobre a língua e seus usos sociais, bem como estudar sobre o ensino e aprendizagem de gramática com foco no uso. Os aportes teóricos estão embasados nas pesquisas de Bakhtin (1998), Antunes (2003) e Travaglia (2009),

enquanto a metodologia é uma pesquisa bibliográfica, embasada em livros e sites de fontes oficiais, sob uma abordagem qualitativa, com o intuito de compreender que metodologia é utilizada para o ensino de Língua Portuguesa, com ênfase no uso, para a construção da aprendizagem.

A organização do trabalho consta de dois capítulos. No primeiro apresentamos um panorama do cenário atual do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, trazendo um breve histórico da gramática normativa e como esse tipo de escolha gramatical vem se instaurando como a forma mais privilegiada no ensino de Língua Portuguesa. No segundo capítulo, contrastamos a ideia apresentada no primeiro, valendo-nos de uma proposta para reflexão metodológica, visando um trabalho com foco no uso. Ambos os capítulos têm por função desenvolver o pensamento crítico para buscar respostas ao seguinte questionamento: como tornar o ensino de gramática significativo e, sobretudo, focado nas práticas sociais de uso da Língua? Para tal investigação optamos pela pesquisa de cunho bibliográfico e falas constantes de professores para, então, relacionar ao tema em questão.

2 CENÁRIO ATUAL DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

As discussões acerca da normatização linguística são bastante recentes e elas ainda têm um longo caminho a percorrer. Os registros sobre sua ocorrência datam de mais de vinte séculos, mais precisamente, dos estudos de filólogos na Alexandria (séc. II e I a.C.), que visavam encontrar as normas linguísticas que regiam as principais obras literárias da língua grega, para que pudessem ser estabelecidas como regras linguísticas a serem seguidas naquela língua, dando assim origem às primeiras gramáticas normativas. Desde então, a norma linguística esteve intimamente ligada à gramática normativa, uma vez que esta surgiu com o propósito de padronizar o uso da língua escrita. Ela nasce, portanto, com viés de didatização. (SOUZA, 2010).

Vale esclarecer, no entanto, que trabalhos linguísticos anteriores aos dos alexandrinos eram de caráter filosófico e careciam de análise das línguas, diferentemente do que ocorre com os estudos que deram origem à gramática normativa. No entanto, Neves (2004) faz a ressalva quanto ao fato de que os conceitos nos quais se ancora a gramática normativa – o verdadeiro e o falso – já estavam presentes nas discussões filosóficas anteriores ao surgimento da gramática normativa. A autora reforça essa

afirmativa com uma análise dos principais textos que tratam de questões da língua, datados de períodos anteriores aos dos estudos prescritivo-normativos da língua grega.

Como exemplo, a pesquisadora cita Crátilo, célebre obra de Platão (428-347 a.C.), em que, conforme afirma a autora, a questão da justeza do nome não teria sido o cerne da discussão, mas, sim, a da relação entre “convenção e natureza”, em última instância, onde se manifesta o verdadeiro e o falso. Nos estudos linguísticos da contemporaneidade, a o verdadeiro e o falso em língua estão igualmente presentes através da norma explícita, que é convencionada, e das normas implícitas, que são naturais ao falante.

Também na obra de Aristóteles, *Da Interpretação*, (348-322 a.C.), esse teria sido o ponto principal, uma vez que a ideia central seria a relação entre as palavras escritas e os estados da alma. Ao contrário da obra platônica referenciada anteriormente, esta mostra que as palavras são convencionais, ou seja, um reflexo da alma, uma criação do homem. Assim,

Não há que buscar adequação ou inadequação nos nomes [como o fizera Platão] já que eles são simplesmente simbólicos. É na composição (synthesis) deles e na separação (diaíresis) entre eles que há verdade ou erro. (NEVES, 2004, p. 29).

Essa busca pela verdade nas palavras e pelas palavras também teria encontrado lugar no estoicismo (séc. III a.C.), pois, para os estóicos, “[...] o fundamental é falar adequadamente. A linguagem tem de ser reta, justa, para ser natural, o que constitui o ideal estóico.” (Ibid., p. 30). Podemos constatar, ainda, nessas obras, os conceitos de justeza e adequação linguística, que viriam a ser, mais tarde, o ideal buscado pelas gramáticas. Assim, para que as regras das gramáticas normativas levassem os textos a esse ideal de língua, elas somente poderiam basear-se nos grandes escritores literários. Essa é uma tradição que se estende às gramáticas de nossos tempos. Basta folharmos tais compêndios e nos depararmos com exemplificações extraídas dos grandes clássicos da literatura, seja ela portuguesa ou brasileira.

Podemos dizer, assim, que a concepção fundadora da gramática já esteve presente nas obras filosóficas anteriores ao surgimento desta. A constituição da gramática normativo-prescritiva inaugura, pois, uma nova forma de estudar os fatos da língua, porque “pela primeira vez – na obra dos alexandrinos – se encontra uma atividade técnica de trabalho com a língua.” (Ibid., p. 31).

Desde que vieram a público os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na década de 1990, a Língua Portuguesa enquanto componente curricular da educação básica passou por algumas reestruturações. Trata-se de outro direcionamento, aquele que se distancia do tecnicismo meramente focado em regras gramaticais. O ensino da língua, em muitas escolas, tem sido prescritivo, destacando o certo e o errado, desvinculado de qualquer utilização de prática contextualizada. Nesse contexto, o ensinar para desenvolver competências e habilidades não se faz presente, uma vez que a reflexão sobre a língua, que deve ser o foco das aulas, não acontece. Tal prática tem emudecido o aluno, como bem afirma Ferrarezi (2014, p.13, grifo do autor):

Nossas escolas são extremamente silenciosas. Haveria por aí alguma exceção verdadeiramente significativa? Deve haver. Não conheço, mas gostaria de conhecer. Falo do silêncio. Mas, não do silêncio da boca, apenas. É preciso compreender o silêncio de uma forma mais ampla para entender o que quero expressar. Na verdade, os professores desses alunos, especialmente os de língua materna, estavam tão ocupados ensinando gramática a as demais “antes do silêncio” que não houve tempo para deixar que esses alunos desenvolvessem os ruídos que fazem a vida ser vida.

A respeito da afirmação supracitada, cabe ressaltar que não é apenas do professor de língua materna a responsabilidade de desenvolver a competência linguística, visto que, todas as outras disciplinas estão, até certo ponto, implicadas nesse processo, pois é a partir da língua, seja na modalidade oral ou escrita, que se acessa a todas as outras formas de conhecimento. Pensar dessa forma é almejar uma escola comprometida com a formação integral e interdisciplinar, na qual a responsabilidade com a aprendizagem significativa é de todos. Portanto, é de inteira responsabilidade da escola como um todo desenvolver a competência comunicativa do aluno.

A norma culta revela a noção do falar e escrever de acordo com o padrão socialmente estabelecido, constituindo uma representação daquilo que seria falar exemplar. Isso mostra ainda mais uma tentativa, que em muitas escolas se torna realidade, de prescrever as aulas de Língua portuguesa, pois tal normatividade segue um padrão legitimado, impedindo, pois, a expressão e a valorização do conhecimento prévio do aluno em termos de língua e linguagem. Antunes (2007, p. 47), ao falar sobre o caráter normativo do tratamento da língua, afirma que “há um contraste, embora não tão explícito, entre a norma culta e a norma popular, que caracteriza a primeira como certa e a segunda como errada”. A autora destaca ainda que:

Sabemos que todos somos cultos ou temos cultura, como defende a antropologia, no sentido de que criamos, ao longo da história, nossas formas de vida, nossas representações e manifestações simbólicas presentes nas mais triviais atividades do cotidiano, inclusive naquelas atividades ligadas ao uso da linguagem falada ou escrita. É salutar, portanto, que estejamos atentos ao risco de restringir o uso do termo *culto* àqueles itens vinculados aos grupos sociais mais favorecidos. (Ibid., p. 88, grifo da autora).

É importante lembrar que os manuais didáticos contribuem, de certa forma, para que a escola valorize a gramática normativa, esquecendo completamente que a língua é um organismo vivo que independe de qualquer passo a passo de como esta deve acontecer e, sobretudo, qual será a contribuição do ensino de Língua portuguesa para a formação de um sujeito crítico. Não deve ser os manuais os determinantes da concepção de linguagem que subsidiará e norteará a prática; isso pode colocar o ensino e a aprendizagem significativos em risco, pois a espontaneidade e o olhar para as várias vertentes da comunicação humana não fariam parte da pauta das discussões em sala de aula. O manual didático não é, pois, um inimigo das aulas de língua materna, mas algo que deve ser encarado com mais maturidade por parte dos professores, entendendo que privilegiam, em sua maioria, a norma-padrão da língua, estabelecendo um abismo entre o discurso teórico e uma prática efetiva em sala de aula.

Dessa forma, ensinar na perspectiva prescritiva, valorizando o certo, o culto, o “normal”, objetiva único e exclusivamente imergir o aluno em atividades linguísticas com foco nas considerações entre certo e errado, sendo inaceitáveis quaisquer formas de expressões que fujam da forma. Em algumas práticas, os desvios da norma-padrão da língua são encarados como um grave erro cometido por quem o faz. É importante frisar que na vida, em suas mais diversificadas situações, a comunicação não ocorre nessa linearidade tão divulgada pela gramática normativa, pois como podemos observar, o sujeito busca de forma natural os desvios para que a comunicação aconteça. Metaforicamente falando, a norma-padrão seria uma estrada que leva ao longe, mas que não permite enxergar outras possibilidades de se trilhar; os desvios dessa norma, por sua vez, são as vertentes dessa estrada que, a depender das escolhas do indivíduo, poderá levá-lo tão longe quanto a primeira, e, ainda, por um caminho mais curto e menos doloroso.

No que se refere ao trabalho com a gramática nas escolas, Antunes (2003, p. 31-33) elenca as seguintes formas de tratamento didático:

Uma gramática descontextualizada, amorfa, da língua como potencialidade; gramática que é muito mais “sobre a língua”, desvinculada,

portanto, dos usos reais da língua escrita ou falada na comunicação do dia a dia;

Uma gramática fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função; frases feitas para servir e lição, para virar exercício;

Uma gramática de irrelevância, com primazia em questões sem importância para a competência comunicativa dos falantes [...];

Uma gramática de excentricidades, de pontos de vista refinados, mas muitas vezes, inconsistente, pois se apoiam apenas em regras e casos particulares que, apesar de estarem nos compêndios da gramática, estão fora dos contextos mais previsíveis de uso da língua;

Uma gramática voltada para a nomenclatura e classificação das unidades; portanto, uma gramática dos nomes, das classes e das subclasses [...];

Uma gramática inflexível, petrificada, de uma língua supostamente uniforme e inalterável, irremediavelmente "fixada" num conjunto de regras que, conforme consta nos manuais, devem manter-se a todo custo imutáveis [...];

Uma gramática predominantemente prescritiva, preocupada apenas com marcar o "certo" e o "errado", dicotomicamente extremados [...];

Uma gramática que não tem como apoio o uso da língua em textos reais, isto é, em manifestações textuais da comunicação funcional e que não chega, por isso, a ser o estudo dos usos comunicativamente relevantes da língua.

Essa gramática instaurada em muitas realidades escolares da qual a autora se refere, sinaliza para uma urgente reflexão acerca do ensino e como este deve acontecer, visando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à comunicação. Aparentemente parece ser impossível aplicar, na prática, ideias provenientes das novas discussões acerca do ensino de gramática na escola, haja vista que os desafios do dia a dia são inúmeros. Primeiramente, há que se quebrar paradigmas e instaurar, com base em estudos e planejamento, uma nova oportunidade de contato e vivência com a língua materna.

Não se trata de fazer uma substituição da gramática normativa pela análise linguística, principalmente à luz da justificativa de ser mais eficiente e mais eficaz a segunda proposta. Enfim, é preciso ir mais além: revelar a consistência e a amplitude em mostrar ao aluno a língua em sua modalidade viva, isto é, possível e alcançável. Ferrarezi (2014, p. 34, grifo do autor) afirma que:

As secretarias de educação pagam caro por cursos de aperfeiçoamento e obrigam os professores a fazê-los. Nesses cursos, expoentes da teoria educacional brasileira ensinam "como se deve ensinar". Depois, os professores voltam para suas salas, retomam a rotina do dia a dia por décadas e jogam o "aperfeiçoamento" fora, já que os currículos que eles têm que cumprir não permitem que o conhecimento "moderno" seja aplicado. No máximo, o que se vê são pequenas e temporárias tentativas de alguma mudança na metodologia do ensino e um ou outro conteúdo,

mas o grosso da desgraça se mantém, porque está “amarrado” por um currículo equivocado.

Algumas discussões acerca das inovações no ensino de gramática para a aprendizagem significativa mostram que a novidade, quase sempre, está em um ou outro conteúdo de natureza morfológica ou sintática, que passa a ser explorado do ponto de vista semântico ou da linguística textual, valorizando também a análise discursiva. Outros conteúdos preestabelecidos pelos manuais didáticos nem passaram ainda por tais transformações na maneira de o professor mediar ou facilitar a sua compreensão por parte do aluno, sendo, pois, trabalhados de maneira convencional. É preciso se pensar a respeito do currículo e sua relevância para as práticas sociais. Sobre essa questão, Ferrarezi ressalta:

Os currículos ainda hoje adotados em nossos estabelecimentos correspondem a currículos de várias décadas atrás. São fundamentados na ideia de que o ensino de gramática normativa é suficiente e adequado para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e, justamente por isso, não trazem nenhuma atividade representativa de valor social [...] Apenas regras e regras e regras e a permanente pressuposição de que o silêncio é a melhor forma de se aprender a ler, escrever, falar e ouvir. (2014, p. 34).

Sabemos que a gramática que se ensina hoje em muitas escolas é demonstrada como aquela que concentra e detém todas as regras de uso de uma língua. Tudo parte da gramática, como se fosse ela o início e o fim do pensamento acerca da comunicação. Vale lembrar que a língua, enquanto meio de comunicação, veio antes de toda e qualquer regra gramatical, sendo organizada por esta para atender as necessidades dos padrões sociais e culturais, arraigados na história. Antunes (2007, p. 63) afirma: “Qualquer pessoa que fala uma língua fala essa língua porque sabe a sua gramática, mesmo que não tenha consciência disso.” Pensando dessa forma, ensinar gramática perde o sentido, já que o sujeito, ainda que inconscientemente, já domina tais mecanismos e estruturas.

Nesse contexto, não é papel do professor julgar que apenas a norma culta segue fidedignamente uma gramática. Pensar assim é reduzir a reflexão sobre a língua à listagem de regras e/ou pensá-la do ponto de vista estético. Ser competente gramaticalmente é saber fazer escolhas para uma comunicação eficaz, capaz de transmitir qualquer mensagem, cumprindo o seu objetivo e função social.

3 ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA COM FOCO NO USO

É por meio do domínio da língua que o sujeito torna-se participativo, atuando criticamente em sociedade, podendo dela ser protagonista no que diz respeito à opiniões e transformações sociais veiculadas pela argumentação. Nesse contexto, a escola, enquanto lugar de discussões acerca dos aspectos formais e informais da língua cumpre o importante papel de expandir, ao longo de toda vida escolar do aluno, a sua capacidade de ler diferentes textos com ênfase na interpretação, produzir textos os quais sirvam para comunicar com eficácia e circular nos diferentes contextos de presença da escrita.

Tornar o aluno competente no uso de sua própria língua não se resume ao trabalho com os aspectos simplesmente gramaticais, descontextualizados da realidade ou interesses, restringindo-se à classificação entre o certo e o errado. Ensinar para a competência requer um olhar apurado sobre o que se ensina e seu nível de relevância para a vida do sujeito envolvido nessa relação entre a língua e suas reflexões no espaço escolar. E é disso que este tópico versará: tentar mostrar que é possível um ensino de língua materna com foco no uso, a partir de uma proposta metodológica elaborada com base na aprendizagem significativa.

O plano de aula elaborado sobre as orações simples e complexas mostra a importância de se fazer escolhas, durante o uso, de sentenças para tornar clara a compreensão daquilo que se deseja verbalizar. O que há de significativo é a ideia de tornar o aluno consciente para este uso. Trata-se de uma reflexão acerca da comunicação, transformando o conteúdo posto em conhecimento adquirido.

Para tornar o aprendizado ainda mais dinâmico e contextualizado, utilizamos o gênero anúncio publicitário, iniciando com a exploração do mesmo, a partir de questionamentos que visam desenvolver a interpretação das entrelinhas, além de provocar uma análise dos elementos não verbais.

A escolha do conteúdo do cartaz também deve ser pensada. Uma campanha de motivação para o uso do capacete no trânsito, proposta pelo cartaz trabalhado na aula, revela uma preocupação em humanizar a aula, tornando o conteúdo contribuinte para esse processo, uma vez que o foco deixa de ser único e exclusivamente a gramática e dá lugar a uma visão de mundo abrangente, valorizando o conhecimento prévio e as instigando as capacidades para a argumentação no momento de exploração do gênero. Ao questionar o público-alvo da campanha, certamente os alunos dirão que se destina a motoristas. O

professor, por sua vez, ampliará a discussão valendo-se da importância de todos nós, motoristas ou não, entrarmos na luta pela conscientização do outro.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA COM FOCO NO USO

Toda e qualquer forma de comunicação humana necessita, para ser eficaz e compreensível, fazer uso de determinados recursos linguísticos que cumprem a função de evitar ambiguidades na mensagem que se quer transmitir (a menos que seja a intenção do enunciador, em casos específicos quando se utiliza de figuras de linguagem). Constantemente, nas várias situações de interação entre sujeitos, os enunciados precisam, a depender do contexto, ser argumentados, seja qual o for o seu objetivo. Isso porque, algumas vezes, uma única oração, marcada por uma ocorrência verbal dentro de seus limites, não é suficiente para a construção eficaz do enunciado e da mensagem que se pretende transmitir entre interlocutores.

De acordo com os estudos sobre oração simples e complexa, fundamentados em Mário Perini (1995, p. 67), “[...] a oração consiste em um enunciado que possui, dentro de seus limites, pelo menos um verbo”, sendo ele o predicado, parte indissociável e, às vezes, um sujeito. Tais orações podem ser classificadas, ainda segundo o autor, como simples, quando não contém, ela própria, outras orações, marcada pela presença de um único verbo, assim como em:

André cozinha bem.

A significação do enunciado volta-se para uma única ação: de cozinhar; ou complexas, contendo dentro de seus limites uma outra oração, isto é, mais de um verbo, como em

André cozinha bem e é feliz com a profissão.

Vale ressaltar que em orações como

Maria vai dormir cedo.

Há apenas uma única ocorrência verbal, pois os verbos *vai (ir)* e *dormir* se unem para construir uma única ideia futura que pode ser substituída por *dormirá*. A essa realização dá-se o nome de predicado complexo.

Portanto, as orações, simples ou complexas, possuem sentido completo. No contexto da comunicação verbal, quando esta se dá através da palavra, na língua falada, a oração é demarcada pela entonação, que é uma avaliação apreciativa feita pelo falante

para expressar sua intenção. Na escrita, usa-se recursos gráficos de pontuações (ponto-final, exclamação e interrogação, por exemplo). Seja na fala ou na escrita, cabe a reflexão sobre a construção de sentenças para uma comunicação inteligível, na qual se transmita com segurança e clareza aquilo que se quer deixar como mensagem.

O plano de aula que segue tenta mostrar, de forma concreta, como o professor pode tratar a temática com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

PLANO DE AULA

TEMA:

Diferenciando oração simples de oração complexa

OBJETIVOS:

Geral:

Diferenciar entre orações simples e orações complexas.

Específicos:

Identificar as marcas que estruturam a oração simples e a oração complexa;

Relacionar o período simples com o período composto;

Refletir sobre a construção de sentenças para uma comunicação eficaz.

CONTEÚDOS:

Oração simples e oração complexa

METODOLOGIA:

A aula será iniciada com a leitura de um anúncio produzido pela empresa HONDA, fabricante de carros e motos. Tal anúncio leva o leitor a refletir sobre os riscos em não usar o capacete no trânsito. O mediador fará alguns questionamentos a fim de explorar o conteúdo do anúncio. Para tanto, serão levados em conta os elementos verbais e não verbais.

Figura 1 - Cartaz de campanha publicitária



Fonte: Disponível em: <http://www.clubedecriacao.com.br>.

Após o momento de interpretação do texto, serão explorados os aspectos gramaticais, ainda a partir de questionamentos dirigidos à turma para a construção do conceito de oração simples e oração complexa. Dentre os questionamentos referentes à análise gramatical estarão: O que define no texto a sua principal finalidade? Que relação o enunciado estabelece entre “passar a mão” e “pensar duas vezes”?

A partir desses e de outros questionamentos (a depender da interação da classe) espera-se que a turma perceba que uma ação está intimamente ligada à outra para a construção do enunciado e da mensagem que o anúncio pretende transmitir ao interlocutor. Isto é, para que o anúncio cumprisse a sua função, uma única oração não seria suficiente, necessitando, pois, de outra, dentro da mesma estrutura, para a efetivação e entendimento da mensagem central do anúncio.

Pedir que os alunos analisem as ocorrências verbais presentes no anúncio, de forma separada, para perceberem que, isoladamente, “*Passe a mão aqui*” e “*Pense duas vezes*”, são orações simples, pois não contém, elas próprias, outras orações, logo, a mensagem que a campanha pretende passar não será efetivada. Cabe ressaltar para os alunos que a sintaxe está implicada na semântica, assim esses dois aspectos da língua serão abordados “lado a lado”.

Após essa análise, solicitar que voltem à estrutura conjunta do enunciado “*Passe a mão aqui e pense duas vezes*”. Questioná-los acerca de quantas orações estão contidas nesse período. Normalmente, o aluno do 9º ano poderá dizer que há duas orações, pela

presença de dois verbos, o mediador deverá enfatizar que toda a sentença constitui uma oração, que se subdivide em mais duas, separando-as.

Dar outros exemplos no quadro para serem analisados juntamente com os alunos. Explicar o que é um predicado complexo. Apresentar algumas orações simples e solicitar eu os alunos transforme-as em orações complexas. Após as transformações, questioná-los: que elemento foi necessário para as transformações de orações simples em orações complexas?

Os alunos serão convidados a produzirem outros anúncios publicitários, em duplas ou trios, a partir de recortes de revistas, nos quais deverão destacar a ocorrência das orações simples e/ou complexas.

Ao final da atividade, já no momento de socialização, pedir que expliquem de que forma tais construções contribuem para a construção do sentido do texto, isto é, das mensagens que desejam propagar.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Quadro branco, pincel para quadro, cartaz com um anúncio publicitário e data show.

AValiação:

Os alunos serão avaliados de forma individual valendo-se pelo interesse, participação nas discussões, bem como no desempenho cognitivo expressado pelos mesmos na realização de atividades propostas durante a aula e passadas para casa.

Essa abordagem confere à aula uma maior significação, dada a forma como o conteúdo é tratado, baseando-se da preocupação com o uso social. É por meio das relações que os sujeitos manifestam o caráter vivo e dinâmico da língua e isso precisa ser reforçado na maneira como são “ensinados” os conteúdos a fim de que percebam que esse objeto de aprendizagem está em consonância com o que se fala, escuta, ouve e lê.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que o cenário atual do ensino de Língua materna está carecendo de transformação em todos os aspectos, sobretudo no tratamento didático, sendo a gramática, desconectada dos usos, o principal instrumento de trabalho nas salas de Ensino

Fundamental. O ensino da língua em muitas escolas tem sido prescritivo, destacando o certo e o errado, desvinculado de qualquer utilização prática.

Vimos que as questões relacionadas ao Ensino de Língua Portuguesa centradas no uso é essencial para a aprendizagem de conteúdos com significado, assim como o trabalho com gêneros textuais para a ampliação do conceito de leitura e produção nas aulas e língua. No que se refere às quatro habilidades necessárias ao desenvolvimento da competência comunicativa, essa deve ser o foco central das aulas e, por último, mas não menos importante, as reflexões sobre a avaliação da aprendizagem com vistas à evolução do aluno e uma análise minuciosa sobre a prática docente.

A grande contribuição das discussões aqui apresentadas se resume à reflexão acerca de que ensinar para a competência requer um olhar apurado sobre o que se ensina e seu nível de relevância para a vida do sujeito envolvido nessa relação entre a língua e suas reflexões no espaço escolar. O professor não é o único responsável pelos possíveis fracassos e sucesso dos alunos, visto que além da escola, outras instâncias estão envolvidas no desenvolvimento integral do indivíduo. Destarte, o professor tem exclusiva responsabilidade pela própria vontade de exercer a sua profissão, entendendo que ser passivo à realidade da sala de aula é esquecer-se que o futuro dos alunos está refletido, também, na sua atitude enquanto professor.

Realizado este trabalho, através das pesquisas feitas, foi possível perceber que o ensino de Língua Portuguesa precisa ser repensado, a fim de cumprir o seu principal objetivo que consiste na formação de leitores e escritores competentes, capazes de agir em diferentes contextos através das competências linguísticas. Trata-se de levar o estudante a uma percepção de que a língua é um organismo vivo e que é preciso ser observado para além de regras e estruturas gramaticais engessadas.

A formação contínua do professor, bem como uma constante avaliação de sua prática são dois desafios que precisam estar em pauta nas discussões acerca da melhoria na qualidade da educação, pois semente com a tomada de consciência de que a sala de aula no século XXI requer novas formas de ensinar e aprender, é que se cumprirão verdadeiramente os objetivos e metas estabelecidas pelos documentos que norteiam o ensino e a aprendizagem. Essa formação ultrapassa os limites da sala de aula e precisa ser constante.

Competir com os avanços tecnológicos e a dificuldade de dialogar com as reais necessidades dos alunos são apenas dois dos muitos desafios enfrentados pela escola para avançar na construção de um ensino de qualidade, veiculado pela modernidade sugerida

pela própria conjuntura educacional e uma aproximação entre os conteúdos trabalhados e as práticas sociais de uso da Língua, a fim de tornar a aprendizagem dos sujeitos envolvidos em algo participativo e dinâmico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

AUSUBEL, D.P. *Psicologia educativa: um ponto de vista cognitivista*. México: Trillas, 1983.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2008.

FERRAREZI JR, C. *Semântica para a educação básica*. São Paulo: Parábola, 2008.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, J. C. F. dos. *O desafio de promover a aprendizagem significativa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SOUZA, M. C. P. S. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 2010.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 1995.